



TIPOS E GRAUS DE CONHECIMENTO: UMA REFLEXÃO GNOSIOLÓGICA ALICERÇADA EM SÃO TOMÁS DE AQUINO

Anselmo Orlando Pinto

Doutor em Teologia pela Pontifícia Universidade Urbaniana (Roma); Docente da Universidade São Tomás de Moçambique.

Kalagatos
Revista de Filosofia

v13n25 - Inverno de 2016
Edição dos 50 anos do curso
de Filosofia

RESUMO

A actual problemática social da filosofia da moralidade, da construção da personalidade, envolve a consideração correcta do problema gnosiológico. Este artigo pretende reconstruir dois pilares fundamentais da concepção gnosiológica em Tomás de Aquino. Trata-se dos tipos e dos graus de conhecimento. O artigo apresenta uma visão geral do lugar da obra de Tomás de Aquino no contexto contemporâneo de filosofia, especificamente no que concerne às espécies particulares de conhecimento. Dois pressupostos se afiguram chaves da gnosiologia tomista; o primeiro aponta para uma reflexão fundada sobre a razão e a fé e o segundo, faz uma alusão segundo a qual, a questão dos graus de conhecimento em São Tomás de Aquino, está perfeitamente integrada e embasada na sua concepção antropológica.

PALAVRAS-CHAVE

Tipos de conhecimento. Graus de conhecimento. Razão. Fé. Antropologia.

ABSTRACT

The current social problems of the philosophy of morality, personality construction, involves the proper consideration of the gnosiologic problem. This article aims to reconstruct two fundamental pillars of the epistemological conception in Aquinas. These are the types and levels of knowledge. The article presents an overview of the place of Aquinas's work in the context of contemporary philosophy, specifically in relation to particular kinds of knowledge. Two assumptions seem the Thomist gnosiology keys; the first points to a reflection founded on reason and faith, and the second is an allusion to the effect that the question of the degree of knowledge of St. Thomas Aquinas, is perfectly integrated and grounded in the anthropological conception.

KEYWORDS

Types of knowledge. Degrees of knowledge. Reason. Faith. Anthropology.

1 INTRODUÇÃO

A tese sobre o valor cognoscitivo da ciência humana integral e seus limites, bem como a solução adequada constitui hoje, como ontem, uma exigência fundamental da vida e da cultura, não só do ponto de vista teórico, mas também sob o cariz prático. A actual problemática económica, política, jurídica, social, educacional, da filosofia da moralidade, da construção da personalidade, da religião, envolve, em última análise, de uma ou de outra forma, a consideração correcta do problema gnosiológico, problema perene e universal do espírito humano indagador em profundidade: Possui ou não, o conhecimento humano, valor real? Tem limites? É possível conhecer?

Na verdade, no âmbito das diversas questões que se afiguram fundamentais na esfera das reflexões gnosiológicas, este presente artigo, pretende reconstruir dois pilares fundamentais da concepção gnosiológica em São Tomás de Aquino. Trata-se, primeiro, dos tipos de conhecimento. E, segundo, dos graus de conhecimento.

Para além de reconstruir os dois pilares supracitados, este artigo, ambiciona apresentar uma visão geral do lugar, da obra de Tomás de Aquino no contexto contemporâneo de filosofia, especificamente no que concerne à espécies particulares de conhecimento. Ora, este artigo é um estudo que se dispõe, desde a vida e obras de Tomás de Aquino cuja reflexão primária sobre os tipos e graus de conhecimento a ele se deve. De seguida, iremos trazer ao de cima a abordagem em volta dos tipos de conhecimento, que concatenada, ora, aos graus de conhecimento, deixa estampada de modo explícito toda uma doutrina gnosiológica de Tomás de Aquino.

Antes de apresentar a vida e obra do autor, assim como a linha geral das suas ideias filosóficas, um pensamento atractivo merece especial destaque na estreia do tema deste artigo. Ou seja, dois pressupostos se afiguram chaves de ouro da gnosiologia tomista, sem as quais não se pode abrir o castelo dos tipos e graus de conhecimento na concepção do Aquinate.

O primeiro pressuposto aponta para uma reflexão tomista fundada sobre a razão e a fé como substracto dos tipos de conhecimento. Se não vejamos, se por um lado a filosofia como diz Tomás de Aquino, serve-se da luz natural da razão e a Teologia serve-se da luz sobrenatural da revelação, por outro lado, segue-se que em Tomás de Aquino, existem dois tipos de conhecimento: O natural e o sobrenatural.

O segundo pressuposto, faz uma alusão segundo a qual, a questão dos graus de conhecimento em São Tomás de Aquino, está perfeitamente integrada

PINTO, Anselmo Orlando. Tipos e Graus de Conhecimento. p. 45-56



e embasada na sua concepção antropológica. Ora, o homem na perspectiva do Aquinate é uma unidade substancial do corpo sensível e alma racional. Destarte, há dois níveis ou graus de conhecimento: O nível sensível do conhecimento e o nível intelectual do conhecimento. Aliás, todo conhecimento tem o seu ponto de partida nos sentidos, que é o primeiro grau e galgando chega a ser intelectual, que é, neste caso, o segundo grau.

“Conhecer é relacionar,” dizia Francis Bacon. Na verdade, está explícito a princípio, por força de uma relação gnosiológica, que a teoria dos tipos e graus de conhecimento em São Tomás de Aquino está aliada, primeiro à sua concepção sobre razão e fé, e, segundo, à sua concepção sobre o homem, respectivamente. Posteriormente será oportuno desenvolver os dois pressupostos, acima indicados.

2 VIDA E OBRAS DE SÃO TOMÁS DE AQUINO

A biografia de Tomás de Aquino não apresenta momentos dramáticos, podendo ser sintetizada nas etapas principais de uma vida inteiramente dedicada à meditação e ao estudo. Nascido no castelo de Roccasecca, perto de Aquino (Reino das Duas Sicílias), em 1225, Tomás de Aquino estudou inicialmente sob orientação dos monges beneditinos da Abadia de Montecassino e, em 1244, ingressou na Ordem dos Dominicanos. Um ano depois encontra-se em Paris, onde continua a formação teológica com Alberto Magno. De 1248 a 1252, permanece em Colônia, ainda dedicado aos mesmos estudos, até que volta a Paris e prossegue as atividades universitárias, culminando pela obtenção do título de doutor em teologia, em 1259. Nesse ano retorna à Itália e leciona em Agnani, Orvieto, Roma e Viterbo. De 1269 a 1272, exerceu em Paris as funções de professor. Retornando à Itália, veio a morrer no convento dos cistercienses de Fossanova, não muito longe da cidade natal, no dia 7 de março de 1274, com apenas 49 anos de idade. Tomás de Aquino foi um trabalhador incansável e um espírito metódico, que se empenhou em ordenar o saber teológico e moral acumulado na Idade Média, sobretudo o que recebeu através de seu mestre Alberto Magno¹. Como resultado, produziu extensa obra, que apresenta mais de sessenta títulos. As mais importantes são os *Comentários Sobre as Sentenças*, provavelmente redigidos entre 1253 e 1256, em Paris; *Os Princípios* e *O Ente e a Essência*, da mesma época; a *Súmula Contra os Gentios* e as *Questões Sobre a Alma*, compostas, ao

1 São Tomás continuou e levou até ao fim o trabalho iniciado por Alberto Magno. Através da explicação tomista, o aristotelismo torna-se flexível e dócil a todas as exigências da explicação dogmática; e não por meio de expedientes ocasionais ou de adaptações artificiosas, mas em virtude de uma reforma radical, devida a um princípio único e simples situado no próprio coração do sistema, e desenvolvido com lógica rigorosa em todas as suas partes. Cf. ABBAGNANO, Nicola. *História da Filosofia*. Vol. 4. Lisboa: Editorial Presença, 1970, p.12.



que tudo indica, entre 1259 e 1264; as *Questões Diversas*, começadas em 1263; e finalmente a *Suma Teológica*, sua obra mais célebre, apesar de não concluída. Em todas elas está sempre presente uma vasta erudição, não haurida diretamente nas fontes, pois Tomás de Aquino não conhecia nem o hebraico, nem o grego, nem o árabe. Limitado ao latim, conheceu e utilizou, porém, inúmeros autores profanos (Eudócio, Euclides, Hipócrates, Galeno, Ptolomeu), os filósofos gregos, sobretudo Platão e Aristóteles, os árabes e judeus (Al Farabi, Avempace Al Ghazali, Avicenna, Averróis, Israeli), e escolásticos, como Anselmo de Aosta, Bernardo de Clairvaux, Pedro Lombardo. Mas foi principalmente influenciado por Santo Agostinho e, mais ainda, por Alberto Magno, seu mestre em Paris.

2.1 Aspectos mestres da Filosofia de São Tomás de Aquino

Precisamos, mesmo que de passagem, ilustrar os pontos focais da reflexão de Tomás de Aquino, de modo a que se perceba a sua filosofia como um todo concatenado de ideias entrelaçadas e relacionadas. De facto, São Tomás deu seu contributo filosófico desde a esfera da metafísica (ABBAGNANO, 1970, p. 23), passando pela política e social (ABBAGNANO, 1970, p. 34) até chegar a religiosa (ABBAGNANO, 1970, p. 28). Sucintamente tratando, a metafísica tomista pode-se dividir em geral e especial. A metafísica geral – ou ontologia – tem como objeto o ser em geral e as atribuições e leis relativas. A metafísica especial estuda o ser em suas grandes especificações: Deus, o espírito, o mundo. Daí temos a teologia racional – assim chamada, para distingui-la da teologia revelada; a psicologia racional (racional, porquanto é filosofia e se deve distinguir da moderna psicologia empírica, que é ciência experimental); a cosmologia ou filosofia da natureza (que estuda a natureza em suas causas primeiras, ao passo que a ciência experimental estuda a natureza em suas causas segundas). Ora, o princípio básico da ontologia tomista é a especificação do ser em potência e ato.

Na esfera social e política o ser humano é essencialmente um animal social (político), tal como defendia Aristóteles. Além dessa ideia e outras, defendia a ideia segundo a qual o Estado nasce da natureza social do homem e das limitações do indivíduo. Esse mesmo Estado é perfeito uma vez que tem como finalidade o garante do bem comum.

Em antropologia, para Tomás de Aquino, o homem é essencialmente uma unidade substancial do corpo e alma, diferentemente de Platão e Agostinho para os quais o homem é essencialmente a sua alma.

No âmbito da religião, note-se que no sistema tomista de razão e fé, a razão não é estranha à fé, porquanto procede da mesma Verdade eterna. Entre-



tanto, cabe a razão desempenhar perante a fé alguns papéis, como, demonstrar aquelas coisas que são preâmbulo da fé; ilustrar por meio de semelhanças as coisas que dizem respeito à fé; opor-se às coisas que são ditas contra a fé.

Na sua Teologia natural, Tomás de Aquino traçou as doutrinas que dizem respeito a existência de Deus. Contra Anselmo de Aosta, ele disse que a existência de Deus não pode ser provada a priori, visto que o conceito que temos de Deus é imperfeito. Por isso, ele elaborou cinco vias a posteriori da existência de Deus.

Também no campo da moral, Tomás se distingue do agostinianismo, pois a moral tomista é essencialmente intelectualista, ao passo que a moral agostiniana é voluntarista, quer dizer, a vontade não é condição de conhecimento, mas tem como fim o conhecimento. A ordem moral, pois, não depende da vontade arbitrária de Deus, e sim da necessidade racional da divina essência, isto é, a ordem moral é imanente, essencial, inseparável da natureza humana, que é uma determinada imagem da essência divina, que Deus quis realizar no mundo. Desta sorte, agir moralmente significa agir racionalmente, em harmonia com a natureza racional do homem. (REALE; ANTISERI, 2006, p. 211-231).

2.2 Contexto da filosofia tomista de conhecimento

Tomás de Aquino é filho da idade média. Não é por acaso que ele é um teólogo filosofante. Viveu um período marcado pelos conflitos, no âmbito acadêmico, entre os dialéticos e anti-dialéticos.

Na esfera social eram notáveis as discussões sobre as três tipologias de leis. As leis naturais, as leis humanas ou positivas, e, as leis divinas.

No tecido político tinham azo as discussões sobre os poderes temporal e espiritual. E, no círculo religioso, os debates acirrados eram em torno da relação entre a razão e fé. Aliás, sobre este último aspecto, conste, foi sobretudo em Paris que Tomás de Aquino viveu intensamente os conflitos intelectuais, típicos de sua época, que opunham o conhecimento pela fé ao conhecimento pela razão, a teologia à filosofia, a crença na revelação bíblica às investigações dos filósofos gregos. Em Paris esses conflitos ganhavam dramaticidade mais intensa do que em qualquer outra parte da Europa, pois a cidade era a capital do mais poderoso reino da Europa e polo de atração de estrangeiros de todas as procedências. O papado não abria mão de seus direitos de organização da universidade e procurava fazê-lo no sentido de combater a predominância dos dialéticos (como eram então chamados os professores de filosofia) sobre os teólogos, isto é, os expositores e comentadores das Sagradas Escrituras. A dialética não deveria ser



mais do que instrumento auxiliar e os mestres de teologia não deveriam fazer “ostentação de filosofia”, determinava uma disposição papal de 1231 (TOMÁS DE AQUINO; DANTE ALIGHIERI, 1988, p. 9).

Os conflitos já vinham de algum tempo, mas acentuaram-se depois da divulgação da filosofia aristotélica, graças a traduções feitas pela escola de Toledo na segunda metade do século XII. O efeito causado pelas obras de Aristóteles foi extremamente perturbador. O mais importante factor de conflitos entre os admiradores do estagirita e dos defensores da fé residia no facto de a doutrina aristotélica apresentar, à primeira vista, um conteúdo muito distinto da concepção cristã do mundo. Na física aristotélica o mundo é eterno e incriado. Deus é o motor imóvel do universo, o “pensamento que se pensa a si mesmo” e nada cria, movendo o mundo como causa final, sem conhecê-lo, “como o amado atrai o amante.” Por sua vez, a alma não é mais do que forma do corpo organizado, devendo nascer e morrer com ele sem ter nenhuma destinação sobrenatural. Assim, a filosofia aristotélica ignorava totalmente as noções de Deus criador e providente, bem como as de alma imortal, queda e redenção do homem, todas fundamentais à doutrina cristã. (TOMÁS DE AQUINO; DANTE ALIGHIERI, 1988, p. 10).

Apesar de tão distante dos dogmas cristãos, a filosofia aristotélica ganhou adeptos cada vez mais entusiasmados entre os dialéticos, que nela viam um alimento intelectual superior e se esforçavam para adaptá-la à revelação bíblica. Os esforços, contudo, não eram eficientes e os conflitos persistiam. O aristotelismo não servia, assim, à política dos papas e medidas rigorosas foram tomadas contra ele. Desde 1211, o concílio de Paris proíbe o ensino da física do filósofo grego e, em 1215, o legado papal, ao formular os estatutos da Universidade de Paris, proíbe a leitura da *Metafísica* e da *Filosofia Natural*, de Aristóteles. As proibições, contudo, caíam no vazio, diante do entusiasmo do público. O papa Gregório IX limitou-se então a ordenar a propagação das obras de Aristóteles, desde que expurgadas de afirmações contrárias aos dogmas da Igreja. Inicia-se assim a cristianização da filosofia aristotélica, o que só veio a se tornar possível graças ao espírito analítico, à capacidade de ordenação metódica e à habilidade dialética de Tomás de Aquino que aliava a um profundo sentimento de fé cristã.

Como se pode contemplar, foi nesse contexto social, político e cultural em que uma das mentes brilhantes da longa noite de mil anos produziu e sistematizou o seu pensamento ancorado nas ideias de Aristóteles. Na verdade, a preocupação de Tomás de Aquino era, justamente, procurar um equilíbrio para as tendências conflitantes da época. Vai daí que o conhecimento pela fé, não



se opondo ao conhecimento pela razão, exhibe-se o primeiro como procedente da revelação divina por via de uma luz sobrenatural. Enquanto o segundo, exhibe-se, simplesmente como um conhecimento que resulta da acção da própria natureza humana. Ora, aqui está reforçada a ideia segundo a qual a busca de uma harmonia para as questões conflituantes da sua época e do seu contexto, também, levam a Tomás de Aquino a reflectir sobre os dois tipos de conhecimento e os dois graus de conhecimento. De facto, sobre os tipos e graus de conhecimento, São Tomás, não valoriza nenhum em detrimento doutro. Pelo contrário, para garantir a harmonia, sua preocupação primordial, estabelece uma relação de interdependência mútua entre eles. Evidência disso é que tanto o conhecimento natural da razão, quanto o conhecimento sobrenatural da fé em São Tomás de Aquino possuem a mesma origem e subordinam-se. De igual modo, sobre os graus de conhecimento, não é possível falar-se do conhecimento intelectual sem que se fale do conhecimento sensível e vice-versa, uma vez que todo conhecimento passa pelos sentidos.

3 TIPOS DE CONHECIMENTO

Uma referência sobre os tipos de conhecimento em São Tomás de Aquino está desenhada, no primeiro dos dois pressupostos citados acima. Contudo, aqui deter-nos-emos a desconstruir de forma sucinta a questão em voga. Aliás, tratar sobre os tipos de conhecimento é tocar a abóbada deste presente trabalho.

Há dois tipos de conhecimento em São Tomás de Aquino. O conhecimento natural e o conhecimento sobrenatural. (FAITANIN apud ARANHA, 2002, p. 9). O conhecimento natural está ligado à verdade da razão humana, enquanto o conhecimento sobrenatural faz menção à verdade da fé². Ora, constate-se, pois, que em Tomás de Aquino, a questão dos dois tipos de conhecimento está alicerçada na rocha firme da concepção sobre razão e fé, Filosofia e Teologia. É que, como se sabe, a Filosofia é carpo da luz natural da razão e a Teologia é pulso da luz sobrenatural da revelação. Nesta óptica de ideias, a Filosofia faz parte da dimensão natural do conhecimento e a Teologia faz parte da dimensão sobrenatural do conhecimento.

Entretanto, identificados os dois tipos de conhecimento em Tomás de Aquino, segundo esse autor, aclaradamente, o conhecimento natural imana da capacidade congénita da razão humana cujo resultado é a Filosofia, que tem suas leis, métodos próprios, possuindo carácter de verdadeira ciência. O conhecimento sobrenatural não procede da razão humana. Porém, da revelação divina. Tomás de Aquino teve o grande mérito de colocar em primeiro lugar a harmonia que existe entre a razão e a fé; veja JOÃO PAULO II. *Fides et Ratio*. Vaticano: LEV, 1998, n. 43.

PINTO, Anselmo Orlando. Tipos e Graus de Conhecimento. p. 45-56



davia, o conhecimento da razão assim como o conhecimento da fé, têm a mesma origem, que é Deus. Por via disso, não pode haver entre eles contradição, visto que são apenas modos diferentes de participação na mesma verdade, sendo evidente para o cristão como Tomás de Aquino, que a relação entre ambos deve ser de subordinação do conhecimento ao conhecimento obtido pela revelação. Escavando mais esta questão, chegaríamos, embora não seja interesse deste artigo, à noção segundo a qual, para Tomás de Aquino, teólogo filosofante, se por um lado existem dois tipos de conhecimento, por outro lado, existem duas faces da Teologia: uma puramente racional, elaborada autonomamente pela Filosofia, e, outa cristã, dimanante da colaboração entre razão e a fé. Por isso, se pode dizer que para o Aquinate a razão humana é um reflexo da razão divina. E, por relação do pensamento, surge que, o conhecimento natural é reflexo do conhecimento sobrenatural.

4 GRAUS DE CONHECIMENTO

Para reflectir sobre os graus de conhecimento, cabe-nos resgatar o segundo pressuposto recitado mais acima, conforme o qual, a questão em torno dos graus do conhecimento em São Tomás de Aquino, está embasada na sua concepção do homem, ou seja, na sua doutrina antropológica.

Segundo Tomás de Aquino o homem é uma unidade substancial de corpo sensível e de alma racional. Ora, só a partir daqui é justo afirmar que há dois graus ou níveis de conhecimento: O conhecimento sensível que é o primeiro grau, e, o conhecimento intelectual como um segundo grau (CABRAL, 2015, p. 4).

Para Aristóteles, e, mais tarde em São Tomás de Aquino e outros filósofos empiristas, "nada há na mente humana que não tenha passado pelos sentidos." De facto, todo conhecimento segundo São Tomás de Aquino tem o seu ponto de partida nos sentidos, como primeiro nível e tem o seu ponto de chegada na razão, que é o nível intelectual do conhecimento. O primeiro nível diz respeito a dimensão da corporeidade sensível do homem, e, o segundo nível faz referência a dimensão da alma racional do homem³. Ora, existindo dois graus ou níveis de conhecimento, vinque-se que, começando o conhecimento humano, pelos sentidos, o conhecimento sensível é o primeiro grau. Nesse primeiro grau é onde dá-se a apreensão das formas concretas e particulares: este homem, aquela mesa, aquela casa, etc. E, culminando o conhecimento humano, na intelecção, o conhecimento intelectual é o segundo grau, onde dá-se a apreensão das formas abstractas e universais: a bondade, a justiça, a verdade, a beleza, etc.

³ Sobre esta matéria pode ler-se também "Gradação do Conhecimento - o conhecimento vulgar e o científico". In: REAL, Miguel. *Filosofia do Direito*. São Paulo Editora: Saraiva, 1999, p.53.



Dito isto percebe-se que é axiomática a questão dos graus de conhecimento em Tomás de Aquino, entretanto, é teorematizada a análise segundo a qual o conhecimento humano, tendo em conta os seus graus ou níveis é processual. Ou seja, afirmamos que a lógica dos graus do conhecimento humano enquanto processo, merece um esclarecimento lacónico.

Aclarando: O processo do conhecimento humano no cômputo dos graus do mesmo, na perspectiva do Aquinate, coloca a sensação e a inteligência como o primeiro e segundo grau de conhecimento humano, respectivamente.

Da parte do conhecimento sensível, os sentidos externos e os sentidos internos são tidos como primeiro e segundo momento do primeiro grau, respectivamente. Do lado do conhecimento intelectual, o intelecto agente e o intelecto possível ou passivo são vistos como primeiro e segundo momento do segundo grau, respectivamente.

A sensação, primeiro grau, manifesta-se num primeiro momento por via dos sentidos externos ou corpóreos que são responsáveis em receber informações advindas do mundo exterior e registá-las nos sentidos internos, que por sua vez, serão o substrato do qual o intelecto, em potência irá extrair os dados. Aliás, os sentidos externos, por força do sentido próprio captam objectos que lhes são próprios ou exclusivos. Isto dá-se pela espécie, que procede do objecto material sob forma de cor, som, etc. Essa espécie é recebida pelo respectivo sentido particular de forma imaterial. De igual forma, por força do sentido comum, o objecto pode ser captado por mais de um sentido ao mesmo tempo.

Num segundo momento, a sensação, actuando pelos sentidos internos, estende a actividade cognoscitiva, para além da percepção imediata produzida pelos objectos sobre os sentidos externos. *Ipsum factum*, segundo São Tomás de Aquino, o nível da sensação, no seu segundo momento destaca-se por via do papel desempenhado pelos sentidos internos que ele classifica em quatro tipos: sentido comum, imaginação, memória, estimativa e cognitiva, cujas funções resumem-se em conservar, reproduzir, armazenar, associar, julgar e comparar as sensações advindas dos sentidos externos (primeiro momento do primeiro grau, recorde-se).

Assim sendo, o sentido comum é uma espécie de ponto de intermediário entre os sentidos externos e os internos. Recebe, compara e julga as informações provenientes dos diversos sentidos.

A imaginação tem como função de abstrair as impressões sensoriais (fantasmas, imagens), de modo que sejam utilizadas futuramente. Aqui é fundamental frisar que a noção de fantasma é essencial na gnosiologia e metafísica



do conhecimento em São Tomás de Aquino. É que o fantasma é a matéria-prima indispensável para que o processo tenha momentos subsequentes, daí que Tomás chamou-o de "tesouro das formas recebidas pelos sentidos." (TOMÁS DE AQUINO apud COSTA, 2011, p. 3).

A memória serve para armazenar os fantasmas pelo papel que eles desempenham. E, por fim, o tipo estimativo para os animais e, cognitivo para os homens, tem como função, julgar a veracidade das informações armazenadas na memória.

Que se pode dizer, ademais, sobre o primeiro grau do conhecimento humano? O grau da sensação funciona com as formas particulares e concretas. Contudo, a sensação é imprescindível para o segundo grau, desta feita, é certo asseverar que o conhecimento intelectual depende do conhecimento sensível, embora, aquele transcenda a este último, uma vez que o intelecto vê a natureza das coisas, mais profundamente do que os sentidos sobre os quais exerce a sua actividade. (COSTA, 2011, p. 5).

O segundo grau do conhecimento humano, a intelecção, contempla dois momentos: O do intelecto agente e o do intelecto possível ou passivo. Ora, há uma interdependência tanto para os graus do conhecimento humano, quanto para os momentos desses mesmos graus. Basta notar que, se no primeiro grau, da sensação, as imagens ou fantasmas particulares são captados, armazenados, preparados e julgados desde o primeiro momento, (sentidos externos) até ao segundo momento (sentidos internos), daí em diante, cabe ao intelecto (segundo grau), através dos seus dois momentos (intelecto agente e intelecto possível ou passivo), ir até eles, para deles extrair a sua quiddidade (essência), que passa a ser o objecto próprio de sua actividade, como diria São Tomás de Aquino, "o intelecto humano, unido ao corpo tem como objecto próprio a quiddidade ou natureza existente na coisa corpórea que ele abstrai dos fantasmas por vereda dos seus dois momentos." (TOMÁS DE AQUINO apud COSTA, 2011, p. 7).

O intelecto agente enquanto primeiro momento do segundo grau, a intelecção, é essencialmente activo e situa-se na ponte de duas funções, extrair a natureza universal dos fantasmas, em potência, e, actualizá-los de modo que sejam impressos em acto no intelecto possível ou passivo. Na verdade, o papel activo do intelecto agente é extrair a quiddidade dos fantasmas particulares que em si mesmos são apenas inteligíveis em potência, e transformá-los em universais. Simplesmente falando, o intelecto agente ilumina os fantasmas.

O intelecto possível ou passivo, segundo momento do segundo grau, torna-se essencial na medida em que, apesar de activo, o intelecto agente não



constitui acto acabado do conhecimento. Pelo contrário, prepara-o de tal modo que esse seja concretizado pelo intelecto possível, que embora passivo, recebe as informações em forma de inteligíveis em acto. Assim sendo, é a nível do intelecto possível em que se encerra o processo do conhecimento humano, com o qual se concretiza o universal, lugar de ciência propriamente dito.

5 CONCLUSÃO

Para concluir, e, depois do caminho percorrido guiados pelo pensamento de Tomás de Aquino concernente aos tipos e graus de conhecimento, podemos afirmar que explicar o conhecimento humano em Tomás de Aquino é definir a colaboração, que se estabelece, primeiro entre a natureza humana e a natureza divina, (tipos de conhecimento: natural e sobrenatural), e, segundo, entre as coisas materiais, os sentidos e o intelecto (graus de conhecimento, sensível e intelectual). De facto, se por um lado, o conhecimento sobrenatural colabora para o conhecimento natural, por outro lado, o conhecimento sensível é *conditio sine qua non* do conhecimento intelectual dentro do sistema férreo empirista de São Tomás de Aquino. Aliás, a concepção da metafísica gnosiológica tomista, especificamente no que pertence aos graus do conhecimento é um sistema processual estruturado em níveis e em momentos, nos quais, o último momento não anula nem dissolve os momentos anteriores, pelo contrário, pressupõe-nos, principalmente o primeiro e mais remoto, conjuntura sem a qual não haveria o último que reaviva a máxima aristotélico-tomista, “nada existe no intelecto que antes não tenha passado pelos sentidos,” base da teoria do conhecimento no empirismo moderno.



REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, Nicola. *História da Filosofia*. Vol. 4. Lisboa: Editorial Presença, 1970.

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. *Filosofando: Introdução à Filosofia*. São Paulo: Moderna, 2002.

CABRAL, João Francisco. "*Graus de conhecimento e as divisões da ciência segundo Aristóteles*". Disponível em <<http://brasilecola.uol.com.br/filosofia/graus-conhecimento-as-divisoes-ciencia-segundo-aristoteles.htm>>. Acesso em 17 de Dezembro de 2015.

COSTA, Marcos Roberto Nunes. "*O processo do conhecimento humano em Tomás de Aquino*". *Ágora Filosófica*. Ano 11, nº 2, Jul/Dez., 2011.

JOÃO PAULO II. *Fides et Ratio*. Vaticano: LEV, 1998.

TOMÁS DE AQUINO; DANTE ALIGHIERI. *Os pensadores, História de Filosofia*. Tradução de Luiz João Baraúna et al. São Paulo: Nova Cultura, 1988.

REALE, Giovanni; ANTISERI, Dario. *História da Filosofia, Patrística e Escolástica*. São Paulo: Paulus, 2006.

REAL, Miguel. *Filosofia do Direito*. São Paulo: Editora Saraiva, 1999.

